



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ FACULDADE DE EDUCAÇÃO

NOTA DE REPÚDIO DO CONSELHO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ CONTRA O DESMONTE DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO BRASILEIRO

O Conselho da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará vem a público manifestar repúdio ao desmonte promovido no ensino médio público brasileiro.

Considerando que a lei 13.415/2017 que institui o “Novo” Ensino Médio é aprovada no contexto de golpe contra a Presidenta Dilma Vana Rousseff, de forma autoritária por meio de Medida Provisória (MPV 746/2016) desconsiderando o posicionamento contrário de entidades, associações de professores e estudantes de todo o Brasil, havia a expectativa de que a referida lei seria revogada no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Mais de 300 pesquisas científicas dentre artigos, dissertações e teses evidenciam os retrocessos do “Novo” Ensino Médio dentre eles destaca-se: 1) a redução da carga horária de formação geral básica, promovendo o esvaziamento da formação científica que passa a ser substituída por projeto de vida, empreendedorismo, “brigadeiro gourmet”, “bora de uber”, “o que rola por aí”, etc., 2) a fragmentação da formação de base, comum, de qualidade e para todos/as por meio da implementação dos itinerários formativos, negando às juventudes a possibilidade de cursar uma universidade, 3) a institucionalização do notório saber que permite que profissionais sem formação no campo educacional atuem como professores, e, 4) a institucionalização de um projeto educacional que promove uma formação precarizada para o atendimento das demandas de um mercado de trabalho cada vez mais precarizado.

Desconsiderando toda a produção científica, o posicionamento de entidades e movimentos de estudantes e professores, atos públicos e instalações de Comitês pela revogação do “Novo” Ensino Médio em todo o país, o Governo Lula realizou em agosto de 2023 uma consulta pública visando promover a reformulação da reforma do “Novo” Ensino Médio.



Mesmo a referida consulta pública ter evidenciado o fracasso no “Novo” Ensino Médio, o Governo Lula indicou que não seria possível revogar a lei 13.415/2017 pois não haveria outra proposta formativa para colocar no lugar e não seria possível retroceder ao que já existia antes.

Tendo em vista este posicionamento foi elaborado o PL 2.601/2023, fruto de uma construção coletiva que contou com a participação de professores pesquisadores das Universidades públicas de todo o país e foi apresentada por um conjunto de parlamentares que atuam em defesa do ensino médio.

No entanto, o Presidente Lula ao invés de enviar para a Câmara do Deputados o PL 2.601/2023 enviou o PL 5.230/2023 de autoria do Ministério da Educação e apresentado pelo Poder Executivo, o qual é um engodo e não só mantém a essência da reforma do “Novo” Ensino Médio, como retrocede ainda mais.

Em convergência com os retrocessos em curso, a Câmara dos Deputados designou, Mendonça Filho, ex-Ministro da Educação durante o Governo Temer e proponente da reforma do “Novo” Ensino Médio para ser o relator do PL 5.230/2023.

Importa destacar que a tentativa de aprovação do PL 5.230/2023 em regime de urgência ocorrida no dia 19 de dezembro de 2023, representa uma afronta ao Estado democrático de direito e ao preceito da gestão democrática presente na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/1996.

Frente à ampla mobilização de estudantes e professores de todo país a votação do PL 5.230/2023 foi adiada para o ano de 2024, o que não necessariamente significa uma vitória, mas uma interrupção no movimento de desmonte do ensino médio público de nosso país.

Destacamos neste contexto o silêncio do Ministro da Educação Camilo Santana e sua posição de alinhamento aos ditames do capital colocando o Ministério da Educação a serviço das fundações, institutos e reformadores empresariais.

Enquanto Faculdade de Educação nos somamos ao Coletivo em Defesa do Ensino Médio de qualidade, à Campanha Nacional pelo Direito à Educação, ao ANDES Sindicato Nacional, aos movimentos estudantis, UBES e UNE e demais coletivos em defesa do Ensino Médio e nos posicionamos pela revogação do Novo Ensino Médio. Entendemos que a formulação das políticas educacionais, deve ser realizada de forma democrática com e a partir daqueles que vivem e conhecem a realidade da educação brasileira: as comunidades escolares, nossos professores e professoras, estudantes, gestores/as e familiares.

Fortaleza, 22 de dezembro de 2023.